



## MUNICÍPIO DE ARMAMAR

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA ASSESSORIA ESTRATÉGICA NA  
PREPARAÇÃO DO PROCESSO DE AQUISIÇÃO DA PARTICIPAÇÃO  
DETIDA PELO PARCEIRO PRIVADO NA ARMAMAR VIVA S.A.

Procedimento pré-contratual n.º 03MUNAMM25

Ajuste Direto

### CADERNO DE ENCARGOS

JANEIRO 2025



## ÍNDICE

CLÁUSULAS JURÍDICAS E TÉCNICAS .....	3
Cláusula 1. <sup>a</sup> - Objeto .....	3
Cláusula 2. <sup>a</sup> - Contrato .....	3
Cláusula 3. <sup>a</sup> - Prazo de vigência do contrato .....	4
Cláusula 4. <sup>a</sup> - Preço base .....	4
Cláusula 5. <sup>a</sup> - Obrigações principais do prestador de serviços .....	4
Cláusula 6. <sup>a</sup> – Vínculo laboral dos trabalhadores afetos à execução do contrato .....	5
Cláusula 7. <sup>a</sup> – Fases da prestação de serviços .....	6
Cláusula 8. <sup>a</sup> – Condições da prestação de serviços .....	6
Cláusula 9. <sup>a</sup> - Transferência de propriedade.....	7
Cláusula 10. <sup>a</sup> – Preço contratual.....	7
Cláusula 11. <sup>a</sup> – Condições de pagamento.....	7
Cláusula 12. <sup>a</sup> – Proteção de dados pessoais .....	8
Cláusula 13. <sup>a</sup> - Penalidades contratuais .....	9
Cláusula 14. <sup>a</sup> – Dever de sigilo.....	10
Cláusula 15. <sup>a</sup> - Força maior.....	11
Cláusula 16. <sup>a</sup> - Resolução por parte do município de Armamar.....	12
Cláusula 17. <sup>a</sup> - Resolução por parte do prestador de serviços .....	12
Cláusula 18. <sup>a</sup> – Foro competente .....	12
Cláusula 19. <sup>a</sup> – Subcontratação e cessão da posição contratual .....	12
Cláusula 20. <sup>a</sup> – Comunicações e notificações.....	13
Cláusula 21. <sup>a</sup> – Contagem dos prazos .....	13
Cláusula 22. <sup>a</sup> - Legislação aplicável .....	13
ANEXO I - MAPA DE QUANTIDADES .....	14



## CLÁUSULAS JURÍDICAS E TÉCNICAS

### Cláusula 1.<sup>a</sup> - Objeto

O presente caderno de encargos compreende as cláusulas jurídicas e técnicas, a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual, de ajuste direto, que tem por objeto a “aquisição de serviços para assessoria estratégica na preparação do processo de aquisição da participação detida pelo parceiro privado na Armamar Viva, S.A., ao abrigo do regime especial previsto no artigo 240.º da Lei n.º 45-A/2024, de 31 de dezembro que aprova a Lei do Orçamento do Estado para 2025 (LOE2025)”

### Cláusula 2.<sup>a</sup> - Contrato

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. O clausulado do contrato rege-se pelo disposto n.º 1 do artigo 96.º do Código dos Contratos Públicos (doravante «CCP») aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação.
3. Do contrato fazem também parte integrante, os documentos entregues pelo prestador de serviços, em fase de habilitação, exigidos pelo artigo 81.º do CCP.
4. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
  - a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
  - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
  - c) O presente caderno de encargos;
  - d) A proposta adjudicada;
  - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
5. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de



acordo com o disposto no artigo 99.º do CCP e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

### **Cláusula 3.ª - Prazo de vigência do contrato**

O contrato mantém-se em vigor pelo prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da assinatura do contrato, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

### **Cláusula 4.ª - Preço base**

1. O preço base corresponde ao preço máximo que o município de Armamar se dispõe a pagar pela aquisição de serviços que constitui o objeto do presente caderno de encargos.
2. O preço base referido no número anterior não pode, em qualquer caso, ser superior a 19 950,00 EUR (valores sem IVA).
3. O preço base não é passível de revisão.

### **Cláusula 5.ª - Obrigações principais do prestador de serviços**

- I. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorre para o prestador de serviços as seguintes obrigações contratuais, compreendendo, designadamente, a preparação das deliberações dos órgãos municipais, instruída com os seguintes elementos:
  - a) Elaboração dos estudos técnicos que comprovem o benefício económico-financeiro e social decorrente da internalização das atividades desenvolvidas pela sociedade comercial participada para a entidade pública participante face à situação atual, contemplando os seguintes critérios:
    - i. Avaliação adequada da procura atual e da procura projetada dos serviços a internalizar;
    - ii. Justificação de que a internalização corresponde à melhor opção para a prossecução do interesse público, nomeadamente através da identificação



- dos benefícios económico-financeiros e sociais que dela resultem para o conjunto dos cidadãos;
- iii. Prossecução das atividades a internalizar com menores custos do que quando desenvolvidas pela sociedade comercial participada;
  - iv. Análise dos efeitos das atividades a internalizar sobre as contas da entidade pública participante, incluindo ativos e passivos, bem como sobre o nível de endividamento e a sua estrutura organizacional e de recursos humanos.
- b) Previsão das disponibilidades orçamentais necessárias, nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, que «aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas»;
  - c) Elaboração de respostas que eventualmente sejam formuladas pelo Tribunal de Contas no âmbito da fiscalização prévia do processo em apreço.
2. O prestador de serviços obriga-se a respeitar as normas aplicáveis em vigor em matéria social, laboral, ambiental e de igualdade de género, decorrentes do direito internacional, europeu, nacional ou regional.
3. A título acessório, o prestador de serviços fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e tecnológicos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessária à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.
4. O prestador de serviços deve garantir condições de segurança e saúde do trabalho a todos os seus colaboradores, cumprindo a legislação aplicável nesta matéria, nomeadamente evidenciando a identificação de perigos e avaliação de riscos dos trabalhadores que exercem funções no Município, e as respetivas apólices de seguros de acidentes de trabalho.

#### **Cláusula 6.ª – Vínculo laboral dos trabalhadores afetos à execução do contrato**

- I. Nos termos do disposto no artigo 419.º-A do CCP, aplicável por força do artigo 451.º nº 2 do CCP, o Prestador de Serviços obriga-se a colocar a executar o contrato trabalhadores



- em regime de contrato de trabalho a termo, desde que por período não inferior ao prazo do contrato da aquisição de serviços (para os contratos cujo prazo seja igual ou inferior a um ano).
2. O disposto no n.º 1 (no primeiro n.º 1) não se aplica aos trabalhadores com contrato a termo de substituição celebrado nas situações previstas nas alíneas a) a d) do n.º 2 do artigo 140.º do Código do Trabalho.
  3. O disposto no n.º 1 não se aplica a trabalhadores que executem tarefas ocasionais ou serviços específicos e não duradouros no âmbito da execução da prestação de serviços.

### **Cláusula 7.ª – Fases da prestação de serviços**

O serviço objeto do contrato, devem dar cumprimento às seguintes fases:

- a) **Fase 1** – Elaboração dos estudos técnicos;
- b) **Fase 2** – Elaboração das respostas que sejam formuladas pelo Tribunal de Contas.

### **Cláusula 8.ª – Condições da prestação de serviços**

1. Para realização dos trabalhos, o prestador de serviços terá acesso aos registos contabilísticos, documentação e demais informação que se afigure necessária.
2. O Município reserva-se o direito de proceder ao acompanhamento dos trabalhos, ficando o adjudicatário obrigado a prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados, bem como a manter, com a periodicidade a acordar, reuniões de coordenação com os representantes do Município.
3. O Município designará um elemento (gestor de contrato) que ficará incumbido de articular com o adjudicatário os diversos pedidos relativos à prestação de serviços.



### **Cláusula 9.<sup>a</sup> - Transferência de propriedade**

1. Com a entrega dos documentos referidos no n.º I da cláusula 5.<sup>a</sup>, ocorre a transferência da posse e da propriedade para o Município, incluindo os direitos autorais sobre todas as criações intelectuais abrangidas pelos serviços a prestar.
2. Pela cessão dos direitos a que alude o número anterior não é devida qualquer contrapartida para além do preço a pagar nos termos do presente caderno de encargos.

### **Cláusula 10.<sup>a</sup> – Preço contratual**

1. Pela execução dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Município deve pagar ao prestador de serviços o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao município de Armamar, incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

### **Cláusula 11.<sup>a</sup> – Condições de pagamento**

1. As quantias devidas pelo Município, nos termos da cláusula anterior, devem ser pagas no prazo de 30 dias após a receção da respetiva fatura, a qual só pode ser emitida após o vencimento da obrigação respetiva.
2. Para efeitos do n.º I, as obrigações consideram-se vencidas nos seguintes termos:
  - a) 80% com a aceitação dos resultados do projeto, a contar da data de submissão a reunião da Câmara Municipal;
  - b) 20% com a decisão do Tribunal de Contas.



3. Em caso de discordância por parte do Município, quanto ao valor indicado na fatura, deve este comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o prestador de serviços obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão da nova fatura corrigida.
4. A fatura deverá ser emitida em nome do Município de Armamar, NIPC: 506 843 190, sita na Praça da República, 5110-127 Armamar, com referência ao documento que lhe deu origem, isto é, deve especificar o respetivo número sequencial de compromisso e identificação do serviço prestado.
5. A emissão da fatura deve cumprir os requisitos fixados na Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (designada LCPA) e no Código do IVA.
6. A fatura é transmitida eletronicamente por EDI (intercâmbio eletrónico de dados), de forma a dar cumprimento ao disposto no n.º 4, artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31/08, na redação atual.
7. Para facilitar a adoção da fatura eletrónica e não obstante a existência de outras soluções no mercado nacional, a adesão deverá ser dirigida para o contato do parceiro tecnológico do Município: [sales@yetspace.com](mailto:sales@yetspace.com).
8. Excecionalmente, por motivos não imputados ao cocontratante, a fatura (em formato digital) pode ser enviada por correio eletrónico para o endereço [faturacaoeletronica@cm-armamar.pt](mailto:faturacaoeletronica@cm-armamar.pt).
9. Sem prejuízo do disposto do número anterior poderão, ao longo da execução do contrato, ser indicados outros contactos para o envio da referida fatura.
10. Desde que devidamente emitida e observado o disposto no presente artigo, a fatura é paga através de transferência bancária.

### **Cláusula 12.ª – Proteção de dados pessoais**

1. Constituem obrigações do prestador de serviços, no que especificamente diz respeito à proteção de dados pessoais:





- a) Utilizar os dados pessoais, objeto de tratamento, exclusivamente para as finalidades previstas no contrato, não podendo em caso algum utilizar os dados para fins próprios;
  - b) Dar cumprimento às instruções que possam, no âmbito da execução do contrato, ser emitidas pelo Município, enquanto responsável pelo tratamento, para tratamento dos dados pessoais;
  - c) Não partilhar os dados pessoais com terceiros, exceto no caso de autorização expressa do Município, ou decorrente de obrigação legal;
  - d) Manter sigilo referente aos dados pessoais a que tenha acesso no âmbito do contrato;
2. Cada uma das partes obriga-se a notificar a respetiva contraparte de forma imediata, e em qualquer circunstância antes do prazo de 72 horas, por escrito e preferencialmente através de correio eletrónico, das violações de segurança ocorridas no âmbito do presente contrato.
  3. Para o efeito do disposto no número anterior deve anexar-se toda a informação relevante, designadamente a descrição da natureza da violação de segurança, bem como a descrição das possíveis consequências da mesma e ainda das medidas adotadas ou propostas para pôr término à violação de segurança ou mitigar possíveis efeitos negativos. Caso não seja possível enviar a informação simultaneamente, a mesma será expedida gradualmente.
  4. Finda a vigência do contrato, o prestador de serviços tem a obrigação de eliminar os dados pessoais que tenham sido objeto de tratamento no âmbito do mesmo, bem como eliminar quaisquer outras cópias existentes, devendo para o efeito enviar um comprovativo para o Município.

### **Cláusula 13.<sup>a</sup> - Penalidades contratuais**

- I. O incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o Município pode exigir do prestador de serviços o pagamento de uma sanção pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento.



2. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do prestador de serviços, o Município pode exigir-lhe uma sanção pecuniária até 20% do preço contratual, nos termos do n.º 2 do artigo 329.º do CCP, salvo se o Município exercer a prerrogativa prevista no n.º 3, do mesmo artigo, caso em que este limite pode ser elevado para 30%.
3. Ao valor da sanção pecuniária, prevista no número anterior, são deduzidas as importâncias pagas pelo prestador de serviços ao abrigo da alínea a), do n.º I, relativamente aos serviços cujo atraso na respetiva conclusão tenha determinado a respetiva resolução.
4. Na determinação da gravidade do incumprimento, o Município tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do prestador de serviços e as consequências do incumprimento.
5. O Município pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as sanções pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
6. As sanções pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o Município exija uma indemnização pelos danos decorrentes da mora no cumprimento, cumprimento defeituoso e incumprimento definitivo.

#### **Cláusula 14.ª – Dever de sigilo**

1. O prestador de serviços deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.



4. O prestador de serviços deverá guardar sigilo quanto a informações que possa obter no âmbito da execução do presente contrato, por qualquer causa, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

### **Cláusula 15.<sup>a</sup> - Força maior**

1. Não podem ser impostas penalidades ao prestador de serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se verificarem os requisitos dos números anteriores, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
  - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;
  - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
  - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
  - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de serviços de normas legais;



- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
  - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;
  - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

#### **Cláusula 16.<sup>a</sup> - Resolução por parte do município de Armamar**

Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o município de Armamar pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o prestador de serviços violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.

#### **Cláusula 17.<sup>a</sup> - Resolução por parte do prestador de serviços**

O prestador de serviços pode resolver o contrato nos casos previstos no artigo 332.º do CCP.

#### **Cláusula 18.<sup>a</sup> – Foro competente**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu, com expressa renúncia a qualquer outro.

#### **Cláusula 19.<sup>a</sup> – Subcontratação e cessão da posição contratual**

- I. A subcontratação ou a cessão da posição contratual pelo prestador de serviços depende da autorização do município de Armamar, nos termos do CCP.



2. Em caso de incumprimento, pelo prestador de serviços, das suas obrigações, que reúna os pressupostos para a resolução do contrato, aquele cederá, nos termos do disposto no artigo 318.º-A do CCP, a sua posição contratual ao concorrente do procedimento pré-contratual na sequência do presente procedimento, pela ordem sequencial de classificação dos concorrentes, sempre que tal seja aplicável.

### **Cláusula 20.<sup>a</sup> – Comunicações e notificações**

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, através de correio eletrónico ou outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados.
2. Qualquer alteração das informações de contacto deve ser comunicada à outra parte.

### **Cláusula 21.<sup>a</sup> – Contagem dos prazos**

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e feriados.

### **Cláusula 22.<sup>a</sup> - Legislação aplicável**

O caderno de encargos é regulado pelo Código dos Contratos Públicos, Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na sua atual redação, Lei n.º 45-A/2024, de 31 de dezembro e em demais legislação aplicável.

O Presidente da Câmara Municipal,

(assinado digitalmente)



**ANEXO I**  
**MAPA DE QUANTIDADES**

**Identificação do Concorrente**

Denominação:

Número de Identificação Fiscal:

**Proposta de preço**

(Valores em Euros)

Código	Descrição	Quantidade	Unidade	Preço
I	Aquisição de serviços para assessoria estratégica na preparação do processo de aquisição da participação detida pelo parceiro privado na Armamar Viva, S.A, ao abrigo do regime especial previsto no artigo 240.º da Lei n.º 45-A/2024, de 31 de dezembro que aprova a Lei do Orçamento do Estado para 2025 (LOE2025)	1,00	un.	0,00

**Nota:** Todos os preços devem ser apresentados em euros, com apenas duas casas decimais.

